

## **VOZES, DIZERES, FAZERES DE MULHERES-PROFESSORAS NA LUTA FEMININA POR DIVERSIDADE, INCLUSÃO E IGUALDADE DE GÊNERO**

**José Damião Trindade Rocha**

Universidade Federal do Tocantins - UFT

<https://orcid.org/0000-0002-57517>

**Mônica Strege Médici**

Rede Estadual de Educação de Vila Rica – MT

<https://orcid.org/0000-0003-2810-8913>

### **RESUMO:**

No Brasil 8 em 10 docentes da educação básica são mulheres, 80% na educação básica: uma população de professoras, portanto, o magistério brasileiro é feminino. O texto perpassa a questão da participação feminina na defesa da diversidade, inclusão e igualdade de gênero na educação, trazendo vozes, dizeres e fazeres de uma amostra com quatro mulheres-professoras entrevistadas entre fim de 2020 e início de 2021. Faz parte da pesquisa a mulher na/da docência/ciência no grupo de pesquisa Gepce/minorias, na perspectiva da pesquisa implicada qualitativa de base fenomenológica, repercutindo os problemas de gênero e as atuações profissionais de mulheres-professoras na educação, na gestão educacional e na militância sindical.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vozes de mulheres. Participação feminina. Igualdade de gênero.

### **Abstract**

In Brazil, 8 out of 10 teachers in basic education are women, 80% in basic education: a population of female teachers, therefore, the Brazilian teaching profession is female. The text addresses the issue of female participation in the defense of diversity, inclusion and gender equality in education, bringing voices, words and actions of a sample of four female teachers interviewed between the end of 2020 and the beginning of 2021. The research is part of women in/of teaching/science in the Gepce/minorities research group, from the perspective of qualitative implied research with a phenomenological basis, reflecting on gender problems and the professional actions of female teachers in education, educational management and union activism.

**KEYWORDS:** Women's voices. Female participation. Gender equality.

### **Resumen**

En Brasil, 8 de cada 10 docentes de educación básica son mujeres, 80% en educación básica: una población de docentes, por lo tanto, la enseñanza brasileña es femenina. El texto aborda el tema de la participación femenina en la defensa de la diversidad, la inclusión y la igualdad de género en la educación, trayendo voces, dichos y acciones de una muestra de cuatro docentes entrevistadas entre finales de 2020 y principios de 2021. Parte de la investigación es Mujeres en la docencia/ciencia en el grupo de investigación Gepce/minorías, desde la perspectiva de una investigación implicada cualitativa con base fenomenológica, que refleja los problemas de género y el accionar profesional de las docentes en educación, gestión educativa y activismo sindical.

**PALABRAS CLAVE:** Voces de mujeres. Participación femenina. Igualdad de género.

## **1 INTRODUZINDO AS QUESTÕES DE SER/ESTAR MULHER**

A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 2015, o dia 11 de fevereiro, como a data de celebração do “Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência”, conforme a publicação do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - Cetene (Cetene, 2023). Apesar da feminização do magistério, no Brasil, “elas correspondem 81% dos professores das escolas da educação básica”, conforme o Censo Escolar de 2020 e diminuiu percentualmente no ensino médio. E ainda, de acordo com o CNPq, “as mulheres constituem 43,7% dos pesquisadores científicos no Brasil. A nível mundial, esse valor desce para 30%, segundo a ONU” (Cadaval, Lages, 2022, s/p). E retratando mais dados, temos “dentro as bolsas de produtividade oferecidas pelo CNPq, apenas 19% foram concedidas para mulheres entre 30 e 34 anos e 25% para mulheres entre 35 e 39 anos” (Bortoletti, 2022, s/p). Segundo essa projeção, o número de mulheres vai superar o de homens até o final da década.

A presença majoritária da mulher na docência, na ciência um pouco menos, é uma das condições importantes na discussão da “igualdade ou equidade de gênero”. No entanto, a voz e atuação feminina ainda são colocadas no “lugar” minoritário quando se investiga a mulher na/da ciência brasileira, a mulher nos cursos superiores das universidades, apesar do Brasil ser o país das mulheres-professoras.

## **2 MÉTODO E ANÁLISE DE ETNOPESQUISA IMPLICADA**

Trazemos na amostra entrevistas de quatro mulheres-professoras realizadas entre os meses de novembro de 2020 e janeiro de 2021, tendo como “sujeitos sociais” da pesquisa, mulheres que atuam na educação brasileira em diferentes níveis: educação básica e superior e, ao mesmo tempo, ocuparam cargos na gestão educacional e em associações sindicais de defesa da educação pública: Fátima Aparecida (Campo Grande, MS), Jaqueline Moll (Porto Alegre, RS), Sandra Rodrigues (Goiânia, GO), Guelda Cristina (Cuiabá, MT). A escolha dessas mulheres-professoras se deu pela questão de gênero, divisão

sexual do trabalho, inclusive por se tratar de mulheres na ciência, dado que uma delas é pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECI/UFRGS).

As entrevistas foram realizadas, após a assinatura de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), uma a uma, por meio do aplicativo de reuniões *google meet*. Foram gravadas, transcritas e analisadas na perspectiva da “pesquisa implicada qualitativa” de “base fenomenológica” (Maia; Rocha, 2017) e, sua publicação aprovada. Nessa concepção de pesquisa falamos da passagem de uma *pesquisa participante* para uma *etnopesquisa implicada* (Macedo, 2012, 33).

A pesquisa implicada a partir da Etnometodologia, trabalha com aportes de autorias como Alain Coulon (francês), Harold Garfinkel (americano), Alfred Schütz (europeu), Roberto Sidnei Macedo (brasileiro). A partir dessa concepção enfatizamos “o valor do ator social” na busca de compreensão de “como se constrói a vida do ator” (Macedo, 2012, 111) nesse texto, repercutindo as vozes e atuações femininas.

A primeira entrevistada foi Fátima Aparecida da Silva, secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e vice-presidenta da Internacional da Educação para América Latina (IEAL). Dentre outros aspectos em sua entrevista destacamos sua motivação para atuar na luta sindical e a ruptura que ela provocou nos padrões sociais que ainda hoje estabelecem papéis sociais pré-determinados para a mulher. Observemos sua fala.

O que me move é o senso de justiça ... tenho um senso de justiça e igualdade de nunca me conformar com as coisas dadas como consumadas ... com injustiças. Isso que me move enquanto pessoa. Considero que sou uma mulher que ao nascer mulher superei tudo aquilo que estaria designado para mim (Fátima Aparecida da Silva, 2020).

A potência dessa fala nos faz refletir sobre os padrões tradicionais de masculinidade e feminilidade e que até os anos de 1980, as relações de gênero eram pouco estudadas e pesquisadas na área de educação no Brasil. É recente a investigação sobre a relação entre homens e mulheres, assim como sobre os sentidos de feminilidade e masculinidade a partir das relações de gênero.

Na perspectiva bourdiana o homem é um ser particular “que vive a si mesmo como ser universal (homo), que tem o monopólio, de fato e de direito, do humano, isto é, do universal, que está socialmente autorizado a sentir-se portador da forma total da condição humana” (Bourdieu: 1995, 137). Para ser mais enfático estamos tratando da “dominação masculina”, e trazemos o fundamento dessa divisão em relação às mulheres.

Pelo fato de estar inscrito tanto nas divisões do mundo social ou, mais precisamente, nas relações sociais de dominação e de exploração instituídas entre os sexos, como nos cérebros, sob a forma de princípios de divisão que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino, o sistema mítico-ritual é continuamente confirmado e legitimado pelas próprias práticas que ele determina e legitima. Tendo sido colocadas pela taxonomia oficial, no lado do interior, do úmido, do baixo, do curvo, do contínuo, as mulheres veem atribuir a elas todos os trabalhos domésticos, isto é, os trabalhos privados e escondidos e até mesmo invisíveis ou vergonhosos, como a criação das crianças e dos animais, e uma boa parte dos trabalhos exteriores, principalmente aqueles referente à água, às plantas, ao verde (como a capina e a jardinagem), ao leite, à madeira, e muito especialmente os mais sujos (como o transporte do estrume), os mais monótonos, os mais penosos e os mais humildes. Quanto aos homens, estando situados no lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, eles se arrogam todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares que, como a matança do boi, a lavragem ou a colheita, sem falar do assassinato ou da guerra, marcam rupturas no curso comum da vida, e fazem intervir instrumentos fabricados pelo fogo (Bourdieu: 1995, 138).

A divisão entre os sexos nos leva a reflexão sobre a “divisão sexual do trabalho” que é uma das questões interseccionadas sobre a forma como o trabalho está dividido para mulheres e para homens em relação às próprias ocupações e profissões, resultantes das “relações sociais de sexo”. Essa categoria “divisão sexual do trabalho” nos permite refletirmos sobre quais aspectos se categorizou a “força de trabalho feminina” no sistema capitalista, que inevitavelmente perpassa pela “violência simbólica” bourdiana. Essa violência simbólica,

“... impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento que tem em comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação.

[...]

Todo poder comporta uma dimensão simbólica: ele deve obter dos dominados uma forma de adesão que não repousa sobre a decisão

deliberada de uma consciência esclarecida, mas sobre a submissão imediata e pré-reflexiva de corpos socializados. Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo e, em particular, às relações de poder nas quais eles estão enredados, às pessoas através das quais estas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais - sendo o produto da incorporação dessas relações de poder sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposição (alto/baixo, grande/pequeno, etc.) funcionando como categorias de percepção - constroem estas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam sua dominação, fazendo-as parecer como naturais (Bourdieu: 1995, 142).

A “divisão sexual do trabalho” de certa forma é percebida na fala e atuação de Jaqueline Moll, nossa segunda entrevistada. Ela atuou em diversas etapas e modalidades da educação básica, trabalhou no Ministério da Educação (MEC) de 2005 a 2013. Sua fala é reveladora da condição da mulher na docência e na gestão educacional, quando narra as suas dificuldades de desempenhar sua função no mais importante órgão executivo da educação nacional, o Mec. Ela nos diz que,

... não é fácil falar sobre isso porque não quero nominar pessoa, mas na medida que fui ascendendo e ganhando notoriedade pública vivi sim o preconceito e um certo momento fui demitida por meu chefe imediato e o ministro Fernando Haddad que não me deixa sair.... chegou haver uma ruptura dentro do Ministério de Educação por isso. Vivi preconceito, sofri com isso (Jaqueline Moll, 2020).

A fala de Jaqueline Moll nos parece dizer muito do como o “esquema binário que situa o masculino e o feminino como categorias excludentes, estende-se para definições do que é ser homem e do que é ser mulher, professor e professora em nossa sociedade” (Vianna, 2001, 93), e mais do que isso, nos fala sobre o “poder do macho” do patriarcado e como o corpo feminino no trabalho é invisibilizado.

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira (Safiottl, 1987: 16).

A naturalização do “poder do macho” faz com que os próprios homens não enxerguem os “privilégios do macho”, o que, por sua vez, conduz ao desinteresse dos homens pelas questões femininas. Na pesquisa corpo/corporeidade temos uma amostra da baixa frequência do descritor

“corporeidade” na pós-graduação em educação, e nesse caso, as autorias afirmam que esse fato pode estar associado à “discreta usualidade/conhecimento do termo na ciência (Magrin *et al*, 2021). Por isso, o protagonismo de Simone de Beauvoir (mulher francesa importante no movimento feminista e no existencialismo do século XX), tem muito a nos dizer sobre a construção social da mulher: “não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres” (Beauvoir, 2009).

É crível como o que é “ser mulher” e o que é “ser homem” nos seja ainda um paradoxo tão recorrente, em especial, quando se atribui os cuidados da maternagem apenas à mulher, como se fosse características naturais fundamentalmente femininas. Essa condição atribuída à mulher exacerba o binarismo entre mulher e homem, que além do sexismo e do machismo, reforça a misoginia e os estereótipos de masculinidades. Nesse sentido,

Criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivas, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas.

Para compreender a constituição do eu e as relações sociais que marcam essas características, é preciso recorrer a esses modos de ser e pensar lineares, hierárquicos e binários, fortemente predominantes na cultura ocidental. Mas também é necessário ultrapassá-los e buscar a diversidade caracterizadora da identidade docente, considerando o cotidiano escolar de professores e professoras não como determinismos locais fragmentados, e sim como um importante aspecto da organização social formadora de professores e professoras como sujeitos contraditórios e capazes de superar essa visão bipolar hegemônica (Vianna: 2001, 94).

É importante tensionar a questão bipolar hegemônica pois nos parece informar que a mulher na docência e na gestão educacional precisa superar a “concepção tradicional do papel feminino em relação à vida doméstica: boas cozinheiras, donas-de-casa perfeitas, dedicadas aos filhos e ao marido” (Vianna: 2001, 99), ou ainda, que superados os binarismos, precisem vivenciar a oposição ou o dualismo de estar na docência e/ou na ciência ou ser mulher dona de casa. Na história é recorrente as contradições que parecem se complementarem em relação às mulheres: por um lado a defesa das mulheres no mercado de

trabalho, por outro, o reforço do lugar da mulher na família, conforme podemos observar que,

A exploração capitalista não destrói a estrutura familiar, como inicialmente imaginaram os pensadores marxistas. E o movimento sindical, predominantemente masculino, apoiou e reforçou o papel da família operária e o lugar ideal das mulheres como donas de casa e mães de família. A contradição entre reivindicações de melhoria das condições de trabalho muitas vezes se apoiou na restrição ao direito das mulheres ao trabalho, alimentando uma lógica de organização do mercado de trabalho, legitimada durante décadas, que considerava “natural” a demissão das mulheres ao se casarem, ou a existência de profissões consideradas “adequadas” ao padrão de feminilidade imposto. São alguns dos mecanismos de controle da exploração dos trabalhadores em seu conjunto, e das mulheres em particular, que favorecem os trabalhadores do sexo masculino reforçando a desigualdade entre mulheres e homens (Vianna: 2001, 12).

A fala e atuação de Jaqueline Moll nos sinaliza “a tensão entre permanência e mudança” Vianna (2001), como marcadores sociais da vida pessoal e profissional da mulher na atualidade.

Nossa próxima entrevista nos indica questões da luta feminina por igualdade de gênero na educação. Atualmente notamos a presença mais significativa de homens na função docente em alguns sistemas municipais no Brasil, no entanto, o número maior de mulheres no magistério, demonstra na perspectiva da “divisão sexual do trabalho”, que o magistério brasileiro é feminino (Folha e Rocha, 2019).

A professora Sandra Rodrigues Cabral, atualmente aposentada e afastada das atividades sindicais, atuou como presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), foi presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Goiás (CUT-GO) e secretária de políticas sociais e de comunicação da CUT Nacional. Sua fala é engajada e política ao afirmar que,

... não basta ser feminista, é preciso lutar para que todos entendessem que não pode haver discriminação. Principalmente nós da educação, porque temos uma relação absolutamente privilegiada com meninos e meninas e nós precisamos por meio da educação travarmos uma batalha para que possamos pedagogicamente mudar estes preconceitos seculares. Não nos interessa inverter valores, queremos que os homens entendam que para a sociedade evoluir é preciso haver igualdade de oportunidade. Ninguém quer que mulher pense igual a homem e homem pense igual mulher... (Sandra Cabral, 2021).

Essa fala nos remete ao debate do chamado “empoderamento feminino”, tão comumente propalado. Aqui podemos rememorar que a trilha da

“conscientização feminina” foi aberta por muitas outras mulheres históricas que lutaram nas revoluções e em outras épocas, a exemplo de Anita Garibaldi, Joana Darc, Jacqueline Cochran, Maria Quitéria. Lembremos também do sentido das comemorações ou das manifestações do Dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Uma data emblemática que marca a história das mulheres por melhores condições de trabalho, uma luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas envolto em muitas controvérsias.

O dia 8 de março é controverso na origem e nos interpela a destapar mitos e fatos que deram origem a esse dia dedicado à mulher em meio a embates e contradições. Há muitos dissensos sobre a história do conhecido incêndio da fábrica nos EUA que matou mais de cem operárias. O livro *Los orígenes y la celebración del día internacional de la mujer* organizado por Ana Isabel Álvarez González, em 1999, publicado no Brasil pela Editora Expressão Popular em 2010, recompõe com detalhes a história da criação e unificação para sua comemoração: o dia 8 de março.

A inspiração do *Woman's Day* estadunidense no qual as socialistas americanas aprovaram na 2ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas de 1910, a comemoração pela luta do movimento das mulheres no mundo, há cem anos, é uma das questões da origem desse dia. Outra são as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917.

Foi para relembrar a ação das mulheres na história da Revolução Russa que o Dia Internacional das Mulheres passou a ser comemorado de forma unificada no dia 8 de março. A decisão de unificação da data foi tomada na Conferência de Mulheres Comunistas, coincidindo com o Congresso da Terceira Internacional, realizado em Moscou, em 1921. Parte dessa história, entretanto, ficou esquecida durante vários anos. É verdade também que, em especial a partir da década de 1930, o estalinismo corrompeu o sentido de luta do 8 de Março, transformando-a durante longos anos em uma festa de exaltação da maternidade, em defesa da paz e da pátria soviética. O sentido de reivindicações das mulheres, de construção da igualdade é deixado para trás, assim como foram destruídas várias das conquistas iniciadas com a Revolução de 1917 (González, 2010, 15).

Um incêndio trágico, mas cuja história não se vincula a luta das mulheres (González, 2010); a incorporação pela ONU, do 8 de março, como data mundial. O fato marcante é a luta das mulheres por direitos, a igualdade entre os sexos e a libertação das mulheres.

Retomemos à questão do chamado “empoderamento” que geralmente refere-se a “dar poder a alguém”, que diríamos não se referir tanto a doação de poder de outrem, mas à conquista de poder. Nesse sentido, entendemos o empoderamento estar associado às pautas feministas em defesa da igualdade de direitos entre gêneros. Pois bem! No caso do “empoderamento feminino” queremos pensar que empoderar-se significa para a mulher a consciência do que ela representa como mulher para outras mulheres. Essa nos parece ser a representação da fala de Sandra Cabral ao nos dizer que não quer “que mulher pense igual a homem e homem pense igual mulher”.

A nossa última entrevistada traz a “maternidade” (relação biológica e afetiva de mãe-filho/a) ao debate. A partir desse pressuposto queremos pensar a “maternagem” (questionamentos para além dos vínculos biológicos e dos papéis de gênero nos cuidados do filho/a.), pois essa imposição às mulheres como as principais e, praticamente, as únicas responsáveis pelos filhos, veio ser questionada somente no século XX pelo ativismo feminino, abrindo espaço para a discussão da participação masculina nos cuidados dos filhos/as, resultando na “paternidade” participativa (Gradwohl; Osis; Makuch; 2014).

A Guelda Cristina de Oliveira Andrade, técnica educacional na rede estadual de educação, secretaria de políticas educacionais do Sintep - MT, nos revela os desafios de na condição de mulher, ter que provar ser competente para algumas lideranças masculinas. Mesmo que na atuação política sindical, a entidade sindical congregue trabalhadores e trabalhadoras da educação, sem qualquer discriminação ou preconceito de raça, cor, sexo, credo religioso, incentivando o surgimento de lideranças, o fato traz à luz, que a luta por “equidade de gênero” requer o rompimento de práticas culturalmente machistas. E ela fala:

...para nós mulheres sempre é mais difícil, muitas vezes é preciso abrir mão de uma oportunidade por causa de doença de um filho ou da mãe. Na luta sindical, tive embates em relação aos companheiros de luta. Sempre gostei de escrever e uma vez apresentei um artigo para um dirigente que me acusou de plágio, me magoou muito ... Por que ele disse isso, por que que sou mulher e mulher precisa provar a capacidade. Vivenciei muitas situações de preconceito e falta de reconhecimento. E sei bem que isso perpassa a relação de gênero. O sindicato não é imune aos problemas existentes na sociedade (Guelda Andrade, 2021).

Guelda ao trazer a questão da “maternidade” desvela o preconceito contra a mulher nos advertindo que à mulher sempre se tem requerido a exclusividade dos cuidados e acolhimento dos filhos/as por questão de vínculo mãe e filho, mesmo admitindo-se a “paternidade”. É perceptível, atualmente, a tendência de os homens compartilharem a responsabilidade da vida doméstica com as mulheres. Todavia, o sentido do dia comemorativo da mulher, em muitas situações, ainda reforça o estereótipo da mulher maternal. Vejamos:

Em especial após os anos 1980, os meios de comunicação, diversas instituições e empresas vêm tentando absorver o Dia Internacional das Mulheres e transformá-lo em mais um evento do mercado, um dia de flores, de homenagens, de presentes... e de reforço da feminilidade tradicional. Nos últimos anos esse tem sido, até mesmo, um momento de investida antifeminista: jornais e revistas publicam artigos questionando se o feminismo ainda existe ou se ainda é necessário buscar a igualdade. Uma vez que “as mulheres já conquistaram tudo”, tratar-se-ia agora de combater os exageros feministas para que a mulher não perca a feminilidade (González, 2010, 17).

Obviamente que acreditamos que, o 8 de março, seja um mecanismo de mobilização social das mulheres em torno da luta pela igualdade, ou até melhor, pela equidade de gênero. É de domínio público o entendimento de que “equidade de gênero” visa uma reparação histórica das formas de violação de direitos, discriminações e preconceitos pelo qual tem sofrido as mulheres. Nessa perspectiva a “igualdade de gênero” se baseia no reconhecimento e valorização das diferenças de cada gênero, questões importantes, que mais uma vez, desvelam a luta feminina por “igualdade de gênero” na educação.

A recente conjuntura político-partidária do governo beligerante, durante o período de 2019 a 2022, de Jair Bolsonaro (PL), provocou os mais diversos ataques aos direitos fundamentais, individuais e coletivos e, ao Estado democrático de direitos, no qual as pautas de direitos humanos foram negligenciadas e silenciadas, dentre estes o direito das mulheres, mesmo reconhecendo que nesse governo foi criado o chamado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damare Alves, mas com uma atuação voltada para a chamada “pauta de costumes”.

Lembremos que o golpe parlamentar de 2016, foi eminentemente contra uma mulher, a primeira mulher-presidenta do Brasil: Dilma Rousseff. Um golpe

parlamentar, jurídico, misógino, midiático, de classe, racializado, de gênero e com orientação cisheteronormativo, reduziu as políticas públicas governamentais às pautas de costumes, conservadoras e excludentes: atingiram não somente as políticas sociais e econômicas construídas nas últimas décadas, mas também as políticas e direitos conquistados pelas trabalhadoras e trabalhadores desde a década de 1930. Todavia, registremos que,

Historicamente, os movimentos feminista, indígena, negro, quilombola, LGBTQIA+, ambientalista, da juventude, dos povos do campo e das florestas, das águas e ribeirinhos, dos povos e comunidades tradicionais, das pessoas com deficiências, de jovens, adultos e idosos, dos direitos humanos, dentre outros, bem como os defensores da luta antimanicomial, contra a violação dos direitos humanos no sistema prisional, contra a intolerância religiosa e pelo respeito à biodiversidade, têm avançado na politização dessas e tantas questões sociais e históricas, pressionando para que sejam constituídas em políticas de Estado e passem a figurar no ordenamento jurídico, legislativo e nas políticas públicas. A educação, por ser um campo articulado a todas essas dimensões, se torna um dos eixos centrais da garantia do direito à diversidade e à diferença, numa perspectiva mais ampla, entendida como pleno desenvolvimento humano, direito e exercício da cidadania. (CONAPE, 2022, 39 - 40).

A partir desse pressuposto, reconhecemos que os “direitos humanos” é uma pauta construída na luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana.

A educação, a escola, a Universidade, a sociedade civil organizada, veem atuando para a garantia da prestação jurisdicional da educação como “direito humano subjetivo”: uma concepção expressa no marco legal da educação, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996. A partir desse pressuposto, podemos considerar que as instituições educacionais de educação básica e superior públicas, não sejam as únicas instâncias a educar os indivíduos em direitos humanos, mas elas têm como responsabilidade a promoção e legitimação dos seus princípios como norteadores dos laços sociais, éticos e políticos.

### **3 O APRENDIZADO SOBRE GÊNERO COM AS MULHERES-PROFESSORAS**

As vozes das mulheres-professoras aqui representadas nos sinalizam a pertinência e a urgência na atualidade, da luta pelas diferenças e pela equidade de gênero, na perspectiva anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, e a partir de suas vozes quisemos reconhecer suas importantes atuações na docência, na ciência, no movimento sindical, assim como registrar a pouca valorização do magistério no Brasil.

Existe um “calendário da mulher” com datas históricas: 24 de fevereiro, Dia da conquista do voto feminino no Brasil; 8 de março, Dia Internacional da Mulher; 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; 30 de abril, Dia Nacional da Mulher; 28 de maio, Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia

Nacional de Redução da Morte Materna; 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha; 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil; 23 de setembro, Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças; 28 de setembro, Dia pela Descriminalização do aborto na América e Caribe; 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher; 6 de dezembro, Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Pelas pautas do “calendário da Mulher” nos é perceptível que as suas lutas necessitam de garantia de direitos, especialmente, com mudanças na legislação brasileira e no imaginário social na perspectiva feminista e humanizada. É fundamental que se evidencie que dentre os movimentos sociais mais atuantes e conhecidos no mundo está o das mulheres, o “movimento feminista”, no mesmo grau de representatividade do “movimento negro”, “movimento estudantil”, “movimento trabalhista”, “movimento ambientalista” e o “movimento LGBTI+”.

Vimos refletindo até aqui que a caracterização de ocupações, profissões em relação ao “gênero” centradas no binarismo homem e mulher, que historicamente se estabelece pela “divisão social do trabalho”, interdita de certa maneira as vozes, fazeres e dizeres das mulheres na docência, na gestão educacional, na ciência.

Sob a perspectiva “machista” dominante, debatemos como são comumente naturalizadas às mulheres, atividades voltadas aos cuidados dos filhos, da casa, do casamento, do esposo: uma “maternagem” travestida de “marianismo”, termo aqui entendido, sociologicamente, como um tipo estereotipado de mulher e antônimo de homem, atribuído à mulher, decorrente por analogia ao culto à Maria, a Nossa Senhora, esposa fiel de José e mãe de Jesus, sem quisermos cometer nenhuma intolerância religiosa nessa analogia. Entretanto, a partir do ofício católico em devoção à Virgem Maria, como sendo: a mãe puríssima, castíssima, imaculada, intacta, amável, admirável e virgem prudentíssima, venerável, louvável, poderosa, clemente, fiel, percebemos a representação de uma das formas de conformação e aceitabilidade do “machismo”, a partir do “marianismo”.

Falar de marianismo como estereótipo de mulher significa refletir sobre opiniões e ideias generalizadas, utilizadas para pré-definir ou pré-julgar uma mulher em relação ao seu comportamento, gênero, sua aparência física, seu corpo, sua etnia, credo religioso, sua cultura ou sua condição social e econômica.

A título de curiosidade na América Latina, Maria recebe em cada um dos países latinos americanos uma padroeira mariana: como Nossa Senhora Aparecida (Brasil), Nossa Senhora de Luján (Argentina), Nossa Senhora de Chiquinquirá (Colômbia), Nossa Senhora de Suyapa (Honduras), Nossa Senhora de Caacupé (Paraguai), Virgem dos Trinta e Três (Uruguai), Nossa Senhora de Coromoto (Venezuela). Na América Central e no México é indígena, no Caribe e Brasil, negra. Nossa Senhora de Guadalupe (México) é considerada a padroeira de toda a América Latina.

Saindo da discussão marianista, voltando a concepção beauvoiriana na premissa de que ninguém nasce mulher, mas socialmente se torna uma mulher, interpelamos que nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a mulher assume socialmente, a exemplo do que cantamos na música “Triste, Louca Ou Má” de Francisco, el Hombre:

Que um homem não te define.  
Sua casa não te define.  
Sua carne não te define.  
Você é seu próprio lar.  
[...]

Eu não me vejo na palavra.  
Fêmea: Alvo de caça.  
Conformada vítima.

Prefiro queimar o mapa.  
Traçar de novo a estrada.  
Ver cores nas cinzas.  
E a vida reinventar. (Domínio Público).

Tensionar o “lugar” da mulher na sociedade são questões nos levam aos estudos sobre a mulher e aos estudos de gênero, pois na educação “o determinismo biológico ainda se faz presente nos trabalhos que mencionam a presença feminina sem explorar as relações de gênero” (Vianna: 2001, 89).

Entre as várias concepções sobre as relações de gênero, destaco aquela que também ressalta seu caráter eminentemente cultural, enfatizando sua utilidade na análise da constituição dos significados e das relações de poder socialmente constituídas. O saber que se produz sobre as diferenças sexuais e corporais, bem como sobre o lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho, caracteriza-se pela sua variabilidade e natureza política.

Gênero, aqui, é empregado com a preocupação social, histórica e cultural de superar as explicações biologizantes acerca das “relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” e com ênfase em sua definição como um “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Nossa socialização interfere na forma como nós – homens e mulheres – nos relacionamos, interfere nas profissões que escolhemos e na maneira como atuamos. Não se trata de afirmar que sempre foi assim ou que é inerente à nossa “natureza”. Trata-se, sim, de afirmar que as expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto. As inúmeras decorrências desses pressupostos elevam a utilização do conceito de gênero a uma categoria explicativa muito fértil para a análise dos aspectos da docência (Vianna: 2001, 89 - 90).

Para Foucault (1987), as práticas de “vigiar e punir” foram maneiras de estabelecer e determinar “comportamentos adequados” para a época moderna, para que tais comportamentos pudessem ser “moldados, vigiados, punidos”. Atualmente dá voz às mulheres para contrapor aos papéis sociais estabelecidos, nos permite refletir acerca do gênero na docência, no sentido de desconstruir os “estereótipos” femininos e o “mulherismo”.

Por outro lado, “a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade” (Saffioti: 1987, 24).

O silenciamento sobre as práticas “machistas” nos espaços públicos tem dificultado a promoção de uma sociedade democrática e de direitos, não somente às mulheres, mas a todas, todos, todxs. O patriarcado como sistema social baseado na hierarquização de gênero, com estruturas de poder e relações sociais que privilegiam o homem, especialmente o homem branco, em detrimento da mulher, tem reforçado a “dominação masculina” (Bourdieu: 1995).

A dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificação: ela pode se contentar em ser e em se dizer nas práticas e discursos que enunciam o ser como se fosse uma evidência, concorrendo assim para fazê-lo ser de acordo com o dizer. A visão dominante da divisão sexual exprime-se nos discursos tais como os ditados, os provérbios, os enigmas, os cantos, os poemas ou nas representações gráficas tais como as decorações murais, os motivos das cerâmicas ou dos tecidos. Mas ela se exprime igualmente bem nos objetos técnicos ou nas práticas: por exemplo na estrutura do espaço, e em particular nas divisões interiores da casa ou na oposição entre a casa e o campo, ou ainda na organização do tempo, da jornada ou do ano agrário, e, mais amplamente, em todas as práticas, quase sempre ao mesmo tempo técnicas e rituais, e muito especialmente nas técnicas do corpo, posturas, maneiras, porte (Bourdieu: 1995, 137).

A condição feminina e a violência simbólica, violência suave, insensível, invisível, a suas próprias vítimas, Bourdieu (2018), nos implica com a repercussão das vozes e atuações de mulheres-professoras, que se articula às perspectivas interseccionais de gênero. Procuramos entender a interseccionalidade como a prática social de cruzar, agregar marcadores sociais em torno das discriminações, preconceitos e opressões, como de classe, de gênero, de geração, de raça/etnia e de identidade sexual.

#### **4 VOZES, DIZERES, FAZERES DE MULHERES NA/DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Ouvir as vozes de mulheres que encamparam a luta em defesa da educação pública por meio do debate político, nos permite compreender o cenário ao longo das últimas décadas. É importante nesse processo observar determinados contextos do “fenômeno educativo” e desconstruir sentidos que

muitas vezes emprenham o olhar da sociedade. Assim na perspectiva fenomenológica,

quando tratamos da abordagem qualitativa entendemos aquelas práticas de pesquisas que fazem referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas. São recorrentes as pesquisas como: história oral, etnográfica, pesquisa participante, pesquisa-ação, representação social, pesquisa do/no cotidiano, etc. Por concebermos que “a *pesquisa implicada de base fenomenológica*” é a que melhor retrata o fenômeno educacional ou a educação como fenômeno, contrapomos aos fundamentos das pesquisas em ciências naturais, e destacamos mais as experiências vivenciais, a experiência consciente de sujeito, apreendendo o sentido do objeto, do que os constructos hipotéticos teórico-dedutivos (Maia; Rocha, 2017, p. 221).

Pesquisar “fenômenos” é “apreender sentido”, neste caso, ver sentido e mais sentido nos desafios enfrentados por mulheres-professoras que atuam na docência, na gestão educacional, na luta sindical e em defesa da educação pública. Nessa investigação uma questão importante é diferenciar opressão de exploração.

É preciso distinguir “opressão” de “exploração”. A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A exploração, por sua vez, é um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes (Quirino, 2015, p. 234).

Na sociedade capitalista a submissão ou a invisibilidade da voz feminina se constituem em opressão e preconceito, a chamada misoginia (ódio, aversão às mulheres), às vezes levando à tragédia criminosa sempre anunciada do feminicídio. Esse crime de homens contra as mulheres tem demonstrado que na maioria dos casos, o assassinato de uma mulher é motivado pelo simples fato dela “ser mulher”. E os motivos banais dessa consideração são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle sobre a mulher ou de posse sobre ela.

## **CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS**

Nessas considerações queremos lembrar a lista, de domínio público, das 10 mulheres brasileiras que foram pioneiras na ciência em diversas áreas de

conhecimento como história, biologia, psicologia, matemática, inclusive fazendo referência a plataforma Carolina Bori da Capes, do governo federal, que faz gestão e controle de processos de revalidação/reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil, que homenageia uma dessas mulheres-cientistas. Lembremos de Alice Piffer Canabrava 1911 - 2003, historiadora; Bertha Lutz 1894 -1976, bióloga, sufragista e ativista feminista; Carolina Martuscelli Bori 1924 - 2004, psicóloga; Elza Furtado Gomide 1925 - 2013, matemática; Graziela Maciel Barroso 1912 - 2003, botânica; Johanna Döbereiner 1924 - 2000, agrônoma; Nise da Silveira 1905 -1999, médica psiquiatra; Ruth Sonntag Nussenzweig, bióloga; Sonja Ashauer 1923 - 1948, física; Victória Rossetti 1917-2010, engenheira-agrônoma, e com elas, também reconhecer e valorizar nesse texto Fátima Aparecida (Campo Grande, MS), Jaqueline Moll (Porto Alegre, RS), Sandra Rodrigues (Goiânia, GO), Guelda Cristina (Cuiabá, MT) e tantas outras mulheres-professoras do magistério brasileiro.

Entretanto, não podemos negar o feminicídio no Brasil, quando as estatísticas demonstram que cerca de 30,4% dos homicídios contra mulheres, praticados por homens, ocorrem na residência da vítima. A lei chamada pelo nome de mulher “Maria da Penha” de 2006, que julga crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, pode ser considerada uma conquista no âmbito dos direitos à vida, todavia, há ainda um longo percurso a ser realizado em busca da “igualdade de gênero”.

Se faz urgente e emergente o enfrentamento da “desigualdade de gênero” em prol de um deslocamento de perspectiva em relação à participação feminina, apesar das mulheres protagonizarem há muito tempo a área da educação. É urgente e emergente apreender os sentidos do gênero e a (re)criação da categoria “mulher”, do gênero da docência e a feminização do magistério.

As categorias de pesquisa “divisão sexual do trabalho”, “gênero”, “relações de gênero” e “relações sociais de sexo”, são descritores dos estudos e pesquisas sobre a participação feminina na docência e na ciência. A partir desses estudos e pesquisas pomos em discussão a desigualdade de gênero no trabalho, as disparidades salariais, a ocorrência de assédios e comportamentos sexistas contra as mulheres, para que possamos defender a “igualdade ou

equidade de gênero”. No entanto, essas questões hão de serem estudadas em sua interseccionalidade, ou ainda, como essas categorias de pesquisas são tensionadas nas opressões cruzadas em relação à mulher-professora, seja na docência ou na ciência.

#### Referências:

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Milliet, S. 2 ed., obra original de 1949. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre F. **A dominação masculina**: A condição feminina e a violência simbólica. 6 ed., Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

BOURDIEU, Pierre F. A dominação masculina. In: **Revista Educação & Realidade**, 20 (2). jul/dez, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71724> Acesso em: 2 mai. 2024.

BORTOLETTI, M. **A participação das mulheres na ciência**: cenário atual e possibilidades, [online], 2022. Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/a-participacao-das-mulheres-na-ciencia-cenario-atual-e-possibilidades/407124> Acesso em: 7 mai. 2023.

CADAVAL, F. LAGES, M. **Dia das mulheres e meninas na ciência**: luta, visibilidade e resistência, [online], 2022. Disponível em: <https://www.furg.br/noticias/noticias-entrevista/dia-das-mulheres-e-meninas-na-ciencia-luta-visibilidade-e-resistencia#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20CNPq,masculino%20dentro%20de%20uma%20d%C3%A9cada>. Acesso em: 7 mai. 2024.

CETENE. Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste. **Celebração ao Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência**, [e-book], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cetene/pt-br/assuntos/noticias/futuras-cientistas-realiza-palestra-com-o-tema-propositos-resultados-e-perspectivas> Acesso em 7 mai. 2024.

CONAPE. Conferência Nacional Popular de Educação. **Documento referência**, 2022, Disponível em: <https://fnpe.com.br/conape2022/> Acesso em 7 mai. 2024.

FOLHA, Jardilene Gualberto Pereira. ROCHA, Damião. **O magistério brasileiro é feminino**: (re)apresentação da mulher na educação infantil nos dados oficiais de 2014 - 2018 do governo federal. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação), PPGE/UFT, Palmas, Tocantins, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. Tradução Raquel Ramallete. 27. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

GRADVOHL, Silvia O. OSIS; Maria J. D. MAKUCH; Maria Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. In: **Pensando Famílias**. [online]. 2014, vol.18, n.1, pp. 55-62. ISSN 1679-494X. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494x2014000100006&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494x2014000100006&script=sci_abstract) Acesso em 1 mai. 2024.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAIA, Marcos F. G.; ROCHA, J. Damião T. A fenomenologia na pesquisa em educação: um olhar sobre a etnometodologia e etnopesquisa crítica. In: **Revista Atos de Pesquisa em Educação** (FURB), v. 11, p. 718-736, 2016. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/5543> Acesso em 1 mai. 2023.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2010.

MAGRIN, Natália *et al.* O corpo na pós-graduação em educação: entre linguagens, cultura, ensino e inclusão. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 1–19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v17i37>

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais: em uma perspectiva marxista. In: **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 229-246, mai/ago, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440> Acesso em 1 mai. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17/18, p.81-103, 2001/02. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf> Acesso em 1 mai. 2024.